



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº <u>2661 / 21</u>
Autor: COMISSÃO TEMPORÁRIA DE FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS DOS DECRETOS DO PODER EXECUTIVO QUE IMPÕEM O DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO			Via Assessoria
<p>Indica ao Poder Executivo a necessidade de revogação do artigo 27 do Decreto nº 25.853, de 2 de março de 2021.</p> <p>O Deputado que a presente subscreve, nos termos do artigo 188 do Regimento Interno, indicam ao Poder Executivo a necessidade de revogação do artigo 27 do Decreto nº 25.853, de 2 de março de 2021, que “Institui o Sistema de Distanciamento Social Controlado para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia causada pelo novo coronavírus, no âmbito do estado de Rondônia, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e revoga o Decreto nº 25.782, de 30 de janeiro de 2021.”</p> <p>Plenário das Deliberações, 18 de março de 2021.</p> <p><u>Deputado Estadual ANDERSON PEREIRA</u></p> <p><b>PROS</b></p>			




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
Autor: COMISSÃO TEMPORÁRIA DE FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS DOS DECRETOS DO PODER EXECUTIVO QUE IMPÕEM O DISTÂNCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO			Via Assessoria
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,</p> <p>A presente proposição tem como objetivo indicar ao Poder Executivo a necessidade de revogação do artigo 27 do Decreto nº 25.853, de 2 de março de 2021, que “Institui o Sistema de Distanciamento Social Controlado para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia causada pelo novo coronavírus, no âmbito do estado de Rondônia, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e revoga o Decreto nº 25.782, de 30 de janeiro de 2021”.</p> <p>A medida torna-se necessária, tendo em vista que o artigo 27 do mencionado Decreto proíbe o funcionamento de diversas atividades econômicas elencadas em seus Anexos, bem como a circulação de pessoas, observe:</p> <p style="padding-left: 40px;">“Art. 27. Fica determinada a restrição de funcionamento de todas as atividades dos ANEXOS, no período das 21h da sexta-feira até as 6h da segunda-feira, inclusive proibição de locomoção e circulação de pessoas, nos municípios enquadrados nas Fases 1 e 2, excetuando-se os deslocamentos, comércios e serviços a seguir:” (...)</p> <p>Ocorre que a restrição de funcionamento das atividades econômicas elencadas nos anexos do precitado Decreto, no período das 21h da sexta-feira até as 6h da segunda-feira, bem como a proibição de locomoção e circulação de pessoas, mostra-se desarrazoada e prejudicial aos empresários e comerciantes, gerando graves e negativos impactos na economia local.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
	Autor: COMISSÃO TEMPORÁRIA DE FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS DOS DECRETOS DO PODER EXECUTIVO QUE IMPÕEM O DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO		Via Assessoria
<p>Ademais, inexistem estudos científicos que comprovam a efetividade da restrição das atividades econômicas no combate à disseminação da COVID-19, por outro lado, são notórios os devastadores prejuízos ao setor econômico-produtivo que, há mais de 1 (um) ano, sofre com os desdobramentos do colapso da saúde e da economia do país.</p> <p>Por essas razões, e considerando que a presente Indicação consiste em um apelo do setor econômico do estado de Rondônia, espero contar com o apoio dos nobres parlamentares.</p> <p></p>			